

## COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - CENTRAL DE REGULAÇÃO DE OFERTAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CROSS - SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS

CNPJ: 61.699.567/0082-58

## Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, vimos publicar as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade gerenciada Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS). Cabe ressaltar que as Atas de reuniões com o parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e parecer de Auditoria Independente serão publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2023. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM,

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Valores em Reais		
ATIVO	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>	<b>104.616.720,35</b>	<b>172.493.398,55</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)</b>	<b>10.624.986,02</b>	<b>8.529.437,99</b>
Bancos conta Movimento (nota 3.1)	7.449,67	2.547,62
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	10.617.536,35	8.526.890,37
<b>Cliente e Outros Recebíveis Saúde Clientes (3.3)</b>	<b>93.899.300,12</b>	<b>163.873.527,72</b>
Secretaria Estado Saúde		
São Paulo - Afiliadas (nota 3.3.1)	93.656.928,00	163.664.988,24
<b>Outros Créditos Saúde (nota 3.4)</b>	<b>242.372,12</b>	<b>208.539,48</b>
Adiantamentos a fornecedores	-	30.298,99
Antecipações salariais	-	10,94
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	242.372,12	149.563,18
Outros créditos e adiantamentos	-	8.547,37
Depósito judicial	-	20.119,00
<b>Despesas Antecipadas Saúde</b>	<b>1.764,53</b>	<b>-</b>
Despesas Antecipadas (nota 3.5)	1.764,53	-
<b>Estoque Saúde</b>	<b>90.669,68</b>	<b>90.432,84</b>
Estoques (nota 3.6)	90.669,68	90.432,84
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>184.435.244,99</b>	<b>186.070.287,19</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>184.177.275,04</b>	<b>184.123.111,77</b>
<b>Diversos Valores a Receber</b>	<b>184.177.275,04</b>	<b>184.123.111,77</b>
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)	184.123.111,77	184.123.111,77
Depósito Judicial (nota 3.7.1)	54.163,27	-
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	<b>1.888.726,83</b>	<b>2.079.952,26</b>
Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)	1.888.726,83	2.079.952,26
<b>Ajuste de vida útil econômica de bens de terceiros</b>	<b>(1.630.756,88)</b>	<b>(132.776,84)</b>
Ajuste de vida útil econômica de bens de terceiros (nota 3.8.1)	(1.630.756,88)	(132.776,84)
<b>Total do Ativo</b>	<b>289.051.965,34</b>	<b>358.563.685,74</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		
Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Valores em Reais		
Descrição	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit/Déficit do exercício/período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Depreciação e amortização	-	-
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(Aumento) Redução em contas a receber	70.008.060,24	(163.664.988,24)
(Aumento) Redução outros créditos	(87.995,91)	(184.331.651,25)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(1.764,53)	-
(Aumento) Redução em estoques	(236,84)	(90.432,84)
(Aumento) Redução em fornecedores	(48.060,20)	466.320,36
(Aumento) Redução nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(69.311.149,60)	346.876.156,69
(Aumento) Redução em contas a pagar e provisões	1.536.694,87	9.274.033,27
(Aumento) Redução de Bens de Terceiros	(1.689.205,47)	1.947.175,42
(Aumento) Redução	-	-
Passivo de Arrendamento	-	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>406.342,56</b>	<b>10.476.613,41</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-
(-) Aquisições de imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	1.689.205,47	(1.947.175,42)
(-) Adição de bens intangíveis	-	-
(-) Direito de Uso	-	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>1.689.205,47</b>	<b>(1.947.175,42)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.095.548,03</b>	<b>8.529.437,99</b>
<b>Saldo inicial de Caixa e equivalente</b>	<b>8.529.437,99</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final de Caixa e equivalente</b>	<b>10.624.986,02</b>	<b>8.529.437,99</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis		
Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
<b>Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:</b> A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nos 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. <b>Características da Unidade Gerenciada - Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS:</b> A Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS, foi criada pela Secretaria de Estado da Saúde, por meio do Decreto nº 56.061 em 02 agosto de 2010, tem por finalidade a regulação da oferta assistencial disponível às necessidades imediatas do cidadão, visan-		



Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Valores em Reais		
Receitas	2022	2021
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>106.040.306,17</b>	<b>73.298.722,10</b>
<b>Prestados com Restrições (nota 4)</b>	<b>105.670.785,53</b>	<b>73.125.863,34</b>
(+) <b>Serviços - Saúde</b>	<b>89.127.301,52</b>	<b>62.289.566,13</b>
Contratos/Convênios Afiliadas (nota 4.1)	16.541.268,80	10.834.892,59
Isonção Usufruída	2.215,21	1.404,62
Trabalhos Voluntários	369.520,64	172.858,76
<b>(+) Receita Líquida de Serviços Prestados</b>	<b>106.040.306,17</b>	<b>73.298.722,10</b>
<b>(+) Outras Receitas</b>	<b>5.376,56</b>	<b>-</b>
<b>(+) Receitas Gerais - Saúde</b>	<b>5.376,56</b>	<b>82.546,40</b>
Outras Receitas	1.016,28	-
Financeiras	225,28	-
Doações Recebidas (nota 4.2)	4.135,00	82.546,40
<b>(-) Receita Líquida</b>	<b>106.045.682,73</b>	<b>73.381.268,50</b>
<b>(-) Custos Operacionais (nota 4.3)</b>	<b>94.877.998,21</b>	<b>63.546.326,82</b>
<b>(-) Serviços</b>	<b>82.000.310,43</b>	<b>55.408.754,58</b>
(-) Pessoal Serviços Próprios	51.791.348,74	33.648.940,60
(-) Serviços de Terceiros	30.208.961,69	21.759.813,98
<b>(-) Custos com Mercadorias</b>	<b>31.217,69</b>	<b>124.215,14</b>
(-) Medicamentos e Materiais	31.217,69	124.215,14
<b>(-) Gratuidades</b>	<b>12.841.594,53</b>	<b>8.013.357,10</b>
(-) Isonção usufruída-INSS Patronal		
Serviços Próprios (nota 9.1)	12.393.089,15	7.747.858,08
(-) Isonção PIS sobre folha de pagamento (nota 9.4)	448.505,38	265.499,02
<b>(-) Outros Custos Operacionais</b>	<b>4.875,56</b>	<b>-</b>
(-) Custos Bens Permanentes de Terceiros	4.875,56	-
<b>(-) Despesas Operacionais</b>	<b>11.167.684,52</b>	<b>9.834.890,87</b>
<b>(-) Serviços</b>	<b>6.553.808,41</b>	<b>6.619.211,95</b>
(-) Pessoal Serviços Próprios	4.403.808,67	5.529.732,15
(-) Serviços de Terceiros	2.147.784,53	1.088.075,18
(-) Trabalho Voluntário (nota 10)	2.215,21	1.404,62
<b>(-) Despesas com Mercadorias</b>	<b>516.198,11</b>	<b>189.552,66</b>
(-) Medicamentos e Materiais	516.198,11	189.552,66
<b>(-) Tributos</b>	<b>1.352,89</b>	<b>177,52</b>
(-) Impostos Taxas e Contribuições	1.352,89	177,52
<b>(-) Gratuidades</b>	<b>3.699.674,27</b>	<b>2.821.535,49</b>
(-) Isonção usufruída-INSS Patronal		
Serviços Próprios (nota 9.1)	989.046,22	920.933,05
(-) Isonção usufruída-INSS Patronal		
Serviços Terceiros (nota 9.2)	1.365,74	-
(-) Isonção usufruída - COFINS (nota 9.3)	2.673.819,04	1.868.686,98
(-) Isonção PIS sobre folha de pagamento (nota 9.4)	35.443,27	31.915,46
<b>(-) Outros Despesas Operacionais</b>	<b>396.650,84</b>	<b>204.413,25</b>
(-) Despesas Financeiras	7.190,31	3.404,49
(-) Despesas Bens Permanentes de Terceiros	19.939,89	28.150,00
(-) Estrutura SPDM	369.520,64	172.858,76
<b>(-) Outras Despesas</b>	<b>-</b>	<b>50,81</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>50,81</b>
(-) Despesas Financeiras	-	50,81
<b>(=) Resultado do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios. **2.1. Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3):** As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela Entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define a formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A Entidade apresenta seus documentos contábeis em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18 de janeiro de 2021, que dispõe da obrigatoriedade da apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital expedido por empresa credenciada. **2.2. Dados da Unidade Gerenciada: Razão Social:** SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS, Av. Dr. Arnaldo,455 - Pacaembu - São Paulo - SP - CEP 01246-903 - CNPJ nº 61.699.567/0082-58. **3. Principais Práticas Contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** O plano de contas adotado pela SPDM, atende aos requisitos da Lei 11.638/2007 em conformidade com manual do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Seu plano de contas, consiste no conjunto de títulos apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, e constituída a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da Entidade, e de suas variações do referido exercício. Nesse sentido, a função e o funcionamento das contas serão utilizados de acordo com a codificação do plano de contas, conforme estabelece a norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para

continua

**continuação** a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde, são mantidos em conta corrente bancária oficial, representando montante de R\$ 10.624.986,02 em 31/12/2022.

	Saldo em R\$ 31/12/2022	Saldo em R\$ 31/12/2021
Caixa e Saldos em Bancos	7.449,67	2.547,62
Aplicação Financeira de Curto Prazo	10.617.536,35	8.526.890,37
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>10.624.986,02</b>	<b>8.529.437,99</b>

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (estadual ou federal), assim como sua origem do instrumento contratual celebrado, em consonância com o artigo 135, inciso VI da Resolução nº01/2020 atualizada pela Resolução nº 11/2021.

	Saldo em R\$ 31/12/2022	Saldo em R\$ 31/12/2021
Contrato de Gestão nº 988043/2020		
Verba de Custeio Estadual	10.624.986,02	8.529.437,99

**3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço, com base no regime de competência. Importante destacar que as aplicações financeiras são referenciadas com restrição, uma vez que o valor se encontra aplicado por força do contrato de gestão cujo rendimento é revertido em benefício da Unidade gerenciada e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	Saldo em R\$ 31/12/2022	Saldo em R\$ 31/12/2021
Banco do Brasil	CDB/RDB	96%	R\$ 10.617.536,35	R\$ 8.521.344,80
Banco Santander	CDB/DI	100%	R\$ 0,00	R\$ 5.545,57
<b>Total</b>			<b>R\$ 10.617.536,35</b>	<b>R\$ 8.526.890,37</b>

**3.3. Contas a receber:** A prática contábil adotada é realizada pelo regime de competência para os registros das mutações patrimoniais, em consonância com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que, quando do reconhecimento no resultado, não ocorra desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados na referida conta no ano de 2022 representam valores a receber em curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão cancelado de origem SPDOC nº 988043/2020, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, que totalizam R\$ 93.656.928,00 (noventa e três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil e novecentos e vinte e oito reais).

#### Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2022

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>2.079.952,26</b>	<b>29.175,45</b>	<b>220.400,88</b>	<b>1.888.726,83</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>2.079.952,26</b>	<b>29.175,45</b>	<b>220.400,88</b>	<b>1.888.726,83</b>
Equipamento de Processamento de Dados	1.080.463,63	4.135,00	192.562,55	892.036,08
Mobiliário em Geral	704.424,05	3.356,00	4.360,00	703.420,05
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	142.678,19	11.230,00	469,90	153.438,29
Veículos de Tração Mecânica	59.800,00	-	0,00	59.800,00
Aparelhos de Medição	2.850,00	-	0,00	2.850,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	52.523,64	10.454,45	-	62.978,09
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	37.212,75	-	23.008,43	14.204,32
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>2.079.952,26</b>	<b>29.175,45</b>	<b>220.400,88</b>	<b>1.888.726,83</b>
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(132.776,84)</b>	<b>221.761,06</b>	<b>(1.719.741,10)</b>	<b>(1.630.756,88)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(132.776,84)</b>	<b>221.761,06</b>	<b>(1.719.741,10)</b>	<b>(1.630.756,88)</b>
Equipamento de Processamento de Dados	(63.606,06)	191.752,33	(936.965,23)	(808.818,96)
Mobiliário em Geral	(50.364,98)	10.746,71	(583.232,48)	(622.850,75)
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	(3.990,79)	462,07	(89.062,93)	(92.591,65)
Veículos de Tração Mecânica	(8.971,80)	-	(50.828,20)	(59.800,00)
Aparelhos de Medição	(132,50)	-	(967,50)	(1.100,00)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(2.919,72)	-	(32.148,02)	(35.067,74)
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(2.790,99)	18.799,95	(26.536,74)	(10.527,78)
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(132.776,84)</b>	<b>221.761,06</b>	<b>(1.719.741,10)</b>	<b>(1.630.756,88)</b>

**3.8.1. Ajuste vida útil econômica - Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do órgão contratante, pelo método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de adquiridos. **3.9. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais provenientes da compra de materiais e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 (noventa) dias. O saldo final a pagar em 2022 referente aos fornecedores de materiais foi de R\$ 42.551,81. **3.10. Serviços de Terceiros:** A contratação de serviços de terceiros (Pessoa jurídica) pela instituição, estão relacionados a parte de contratos de prestação de serviços tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, limpeza, manutenções diversas e locações de equipamentos. O saldo final a pagar em 2022 referente aos prestadores de serviços foi de R\$ 375.708,35. **3.11. Salários a Pagar:** A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações de seus funcionários no quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

**3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.13. Provisões de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14. Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17/12/2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Santander com desconto em folha. O montante contabilizado em 31/12/2022 foi de R\$ 45.986,66. **3.15. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços de pessoal próprio em regime CLT. **3.16. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária, de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tendo por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL, relativas aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS). O saldo final a pagar em 2022 referentes aos impostos supracitados foi de R\$ 157.856,19. **3.17. Outras Contas a Pagar:** Estes se referem a outras obrigações que, em primeiro instante, não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.18. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em 31/12/2022 representa R\$ 93.429.825,05. **3.19. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19.1. Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências, além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para o reconhecimento de uma provisão devem ser satisfeitas as seguintes condições: I) existência de uma obrigação presente, como resultado de um evento passado; II) seja provável que exista uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e III) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

**3.4. Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Antecipação de férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê o Art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. "O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período". **3.5. Despesas Pagas Antecipadamente:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos de acordo com o valor de mercado ou do valor do bem novo ou conforme o caso, com saldo em 31/12/2022 de R\$ 1.764,53. **3.6. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e se referem aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene, limpeza, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e uniformes até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 foi de R\$ 90.669,68.

Tipo	31/12/2022	31/12/2021
Materiais do setor de Nutrição	9.436,24	12.454,86
Materiais do setor de Farmácia	4.602,47	4.740,52
Materiais de Almoxxarifado	76.630,97	73.237,46
<b>Total</b>	<b>90.669,68</b>	<b>90.432,84</b>

**3.7. Valores a receber - (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo. Em 2022 o saldo da conta foi de R\$ 184.123.111,77, relativo ao Contrato de Gestão SPDOC nº 988043/2020, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. **3.7.1. Depósitos Judiciais:** O referido saldo, representa o valor R\$ 54.163,27 na data de 31/12/2022, concernente ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, destinados as ações trabalhistas, tendo em vista que as respectivas ações aguardam julgamento. A unidade mantém depósitos judiciais de acordo com o determinado em juízo, até a definição do trânsito em julgado da ação. Vale ressaltar que a unidade mantém contrato com escritório jurídico, responsável pelo acompanhamento e defesa dos processos. **3.8. Imobilizado:** Os bens adquiridos registrados pertencem à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, visto que foram adquiridos com recursos de custeio advindos do Contrato de Gestão firmado com o referido Órgão Público. Estando os bens alocados na unidade gerenciada e utilizados para fins do cumprimento do objeto do Contrato de Gestão, a referida Secretaria emite termo de permissão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
<b>Imobilizado-Bens de Terceiros</b>	<b>2.079.952,26</b>	<b>29.175,45</b>	<b>220.400,88</b>	<b>1.888.726,83</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>2.079.952,26</b>	<b>29.175,45</b>	<b>220.400,88</b>	<b>1.888.726,83</b>
Equipamento de Processamento de Dados	1.080.463,63	4.135,00	192.562,55	892.036,08
Mobiliário em Geral	704.424,05	3.356,00	4.360,00	703.420,05
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	142.678,19	11.230,00	469,90	153.438,29
Veículos de Tração Mecânica	59.800,00	-	0,00	59.800,00
Aparelhos de Medição	2.850,00	-	0,00	2.850,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	52.523,64	10.454,45	-	62.978,09
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	37.212,75	-	23.008,43	14.204,32
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>2.079.952,26</b>	<b>29.175,45</b>	<b>220.400,88</b>	<b>1.888.726,83</b>
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(132.776,84)</b>	<b>221.761,06</b>	<b>(1.719.741,10)</b>	<b>(1.630.756,88)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(132.776,84)</b>	<b>221.761,06</b>	<b>(1.719.741,10)</b>	<b>(1.630.756,88)</b>
Equipamento de Processamento de Dados	(63.606,06)	191.752,33	(936.965,23)	(808.818,96)
Mobiliário em Geral	(50.364,98)	10.746,71	(583.232,48)	(622.850,75)
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	(3.990,79)	462,07	(89.062,93)	(92.591,65)
Veículos de Tração Mecânica	(8.971,80)	-	(50.828,20)	(59.800,00)
Aparelhos de Medição	(132,50)	-	(967,50)	(1.100,00)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(2.919,72)	-	(32.148,02)	(35.067,74)
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(2.790,99)	18.799,95	(26.536,74)	(10.527,78)
<b>Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros</b>	<b>(132.776,84)</b>	<b>221.761,06</b>	<b>(1.719.741,10)</b>	<b>(1.630.756,88)</b>

**A Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS) encerrou o exercício de 2022 com os seguintes processos:**

SPDM - Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS)	Trabalhista	Cível	Tributária
Passivas	-	-	-
Provável	-	-	-
Possível	691.852,04	286.200,00	-
Remota	-	-	-

**4. Origens e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1. Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada são mantidos em conta de aplicação financeira. Os rendimentos sobre as aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 1.219.652,50. **4.2. Doações:** Durante o exercício de 2022 a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS, recebeu o total de R\$ 4.135,00 pertinente a doação de equipamento da central telefônica PABX, conforme nota de remessa para doação de pessoa jurídica, cuja origem, se deu após o pagamento de locação do equipamento por 36 meses com a empresa locatária. **4.3. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos e as despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da CROSS, foram classificados e parametrizados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. **4.4. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São os recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, que têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. A contabilização da CROSS está em consonância com os critérios estabelecidos na NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, não podendo ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a CROSS recebeu Assistências Governamentais Estaduais advindas do Contrato de gestão, conforme quadro abaixo:

Origem do Recurso Financeiro	Natureza	Valor Global
T.A. 01/2022 PRC -2021/52984 -	Verba de	
Contrato de Gestão nº 988043/2020	Custeio Estadual	R\$ 82.416.000,00
T.A. 02/2022 PRC -2021/52984 -	Verba de	
Contrato de Gestão nº 988043/2020	Custeio Estadual	R\$ 5.224.690,03
T.A. 03/2022 PRC -2021/52984 -	Verba de	
Contrato de Gestão nº 988043/2020	Custeio Estadual	R\$ 1.321.320,00

**5. Patrimônio Líquido:** A SPDM procede de acordo com a norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, conforme estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". No exercício de 2022, não ocorreu movimentação no patrimônio líquido por este motivo não será publicado a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido. **6. Resultado Opera-**

**cional - Subvenção:** De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composta de receitas obtidas por meio dos contratos de gestão na ordem de R\$ 88.962.010,03, acrescidos de outras receitas no valor de R\$ 1.225.029,06 e deduzidas das despesas e custos operacionais na ordem de R\$ 89.502.198,72, a CROSS encerrou o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 684.840,37.

#### 7. Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação e Produção	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
<b>Número de Regulações de Urgência Finalizadas</b>						
Urgência Absoluta	138.000	226.387	144.000	244.983	282.000	471.370
Urgência Relativa	18.000	17.284	18.000	19.768	36.000	37.052
<b>Número de Regulações Ambulatoriais de Oncologia Finalizadas no mês</b>						
Fichas Ambulatoriais de Oncologia	42.000	51.945	45.000	59.168	87.000	111.113
<b>Número de Unidades Executantes Ativas no módulo Ambulatorial chegadas quanto a disponibilização de agendas de consultas/exames/procedimentos</b>						
*Unidades executantes	2.988	3.495	2.988	3.540	5.976	7.035
<b>Número de horas do Sistema Portal CROSS disponibilizadas aos usuários nas 24 horas</b>						
Horas disponibilizadas	4.392	4.340	4.416	4.416	8.808	8.756

\* A quantidade de Unidade executantes em dezembro foi 600 (seiscentas), se deve considerar a média ano no total de 586 e não a somatória das unidades.

#### 8. Relatório de Execução Orçamentária

##### Relatório de Execução Orçamentária - 2022

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse Contrato de Gestão	R\$ 88.962.010,03	R\$ -
Receitas Financeiras	R\$ 1.219.652,50	R\$ -
Outras Receitas	R\$ 17.892,46	R\$ -
<b>Total de Receitas</b>	<b>R\$ 90.199.554,99</b>	<b>R\$ -</b>
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	R\$ 54.657.887,84	R\$ -
Serviços de Terceiros	R\$ 32.080.287,55	R\$ -
Materiais e Medicamentos	R\$ 209.926,48	R\$ -
Outras Despesas	R\$ 1.155.905,09	R\$ -
<b>Total de Despesas</b>	<b>R\$ 88.104.006,96</b>	<b>R\$ -</b>

**9. Contribuições Sociais:** A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS-Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Destacamos que o montante das isenções usufruídas

...continuação

**Relatório dos Auditores Independentes**

**Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (CROSS - Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obte-

mos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.**